

Sindicatos se mobilizam por reajuste e data-base

Servidores de todo o Brasil preparam manifestações para o dia 3 de outubro, seguindo o calendário nacional de lutas da categoria, conforme aprovação da XVIII Plenária Nacional da Fenajufe, realizada de 24 a 26 de agosto. **Em Santa Catarina, o SINTRAJUSC fará Assembleia Geral nesta quarta-feira, dia 2 de outubro, para definir a participação da categoria no Dia Nacional de Luta.** Na Assembleia passada, a antecipação do reajuste de 15,8% e a data-base, que estão na pauta nacional de lutas da Fenajufe, foram consideradas prioritárias.

Entre várias reivindicações, os servidores do Judiciário Federal e do MPU continuam lutando pela antecipação da última parcela da GAJ e Gampu (15,8%), pela correção dos prejuízos nos padrões e o reenquadramento, pelo aumento dos valores repassados para a saúde e pela garantia da data-base, do pagamento dos passivos, do Direito de Greve no serviço público, da regulamentação da Convenção 151 da OIT (negociação coletiva) sem que seja confun-

da com o debate sobre Direito de Greve, além da luta contra o assédio moral.

Confira as atividades já programadas pelos Sindicatos:

Sintrajufe/MA – No Maranhão, os diretores do Sintrajufe farão visitas aos locais de trabalho no dia 3 de outubro, para conversar sobre saúde e carreira, com realização de três assembleias setoriais ao final, na Justiça do Trabalho, Eleitoral e Federal.

Sintrajufe/RS – No Rio Grande do Sul, o Sintrajufe realizou assembleia no sábado (28/09), que aprovou paralisação de 24 horas e ato público no TRT no dia 3 de outubro. Também foi aprovada a formação de uma comissão de mobilização que passou nos setores para chamar os colegas a participarem dessa atividade.

Sintrajud/SP – Como parte do calendário nacional de luta da categoria, os servidores do Judiciário Federal de São Paulo vão realizar manifestações no dia 3 de outubro. A assembleia geral definiu que a manifestação acontece-

rá em frente a um fórum da Justiça Federal. Na ocasião será denunciada a decisão do Supremo Tribunal Federal de realizar um segundo julgamento do “Mensalão”, com distribuição de pizzas à população, denunciando o próprio Poder Judiciário, que é muito ágil para condenar os trabalhadores e as suas lutas, mas que adota outra postura quando se trata dos detentores do poder. Para essa manifestação serão chamadas outras categorias do funcionalismo público.

Sitraemg/MG – Em assembleia geral realizada em 14 de setembro, os servidores de Minas Gerais deliberaram pela realização de um ato público no dia 3 de outubro, Dia Nacional de Luta, em frente ao prédio do Tribunal Regional do Trabalho, em Belo Horizonte, a partir das 11 horas. Durante a concentração, o Sitraemg distribuirá à população um texto com os esclarecimentos sobre os motivos da manifestação. Os servidores do interior também serão orientados a promoverem atividades de mobilização em suas cidades.

Fenajufe cobra novamente do CNJ isonomia para chefes de cartório

A Coordenação da Fenajufe teve audiência nesta terça-feira (01/10), no TST, onde foram recebidos pela ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, que também é conselheira do CNJ. Na pauta, a isonomia de FCs entre chefes de cartórios da capital e do interior da Justiça Eleitoral, uma luta que vem sendo travada desde 2006. O anteprojeto trata ainda de criação de cargos para as zonas eleitorais criadas depois da Lei n. 10.842/2004 e de FC-1 para Assistente I.

Atualmente, os chefes de cartório lotados no interior recebem uma função de confiança de nível FC-1 e os lotados na capital, FC-4. Para acabar com essa discrepância, o TSE já publicou um acórdão aprovando a proposta de isonomia e encaminhou o anteprojeto ao CNJ, protocolado com o número 0003409-91.2012.2.00.0000, cuja relatoria está nas mãos da ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi.

Segundo a ministra, a demora para levar o projeto à sessão do CNJ se deve ao fato de que uma portaria do próprio órgão sobrestou todos os processos relativos à criação de cargos e funções no Judiciário da União. Para solucionar esta questão, o presidente do Conselho, ministro Joaquim Barbosa, editou a portaria nº 99/2013, criando um comitê de apoio técnico para definir os critérios de uniformização de ocupação de cargos em todo o Poder Judiciário. Este comitê é presidido pela própria ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, que também preside a comissão de planejamento estratégico do CNJ.

A conselheira disse que está ciente da urgência em resolver esta demanda específica da Justiça Eleitoral, por isso o comitê deve realizar sua última reunião na próxima semana para definir a redação da minuta de resolução que

define os critérios para criação de cargos.

Ela garantiu que essa minuta será entregue ao presidente do CNJ ainda na primeira quinzena deste mês, para que então Joaquim Barbosa possa colocá-lo em pauta oportunamente. Ainda segundo ela, "na elaboração da minuta, as particularidades da Justiça Eleitoral estão sendo levadas em conta pelas suas especificidades e neste caso não serão utilizados os mesmos critérios estatísticos estabelecidos para os demais" [Trabalhista, Federal e Tribunais de Justiça].

Durante a reunião, os coordenadores da Fenajufe entregaram à ministra um memorial descrevendo todo o processo de luta da categoria pela isonomia entre chefes de cartórios da capital e do interior, bem como artigos e decisões judiciais favoráveis à isonomia para chefes de cartório.

Congresso: prazo para envio de teses encerra dia 4

O prazo para inscrição de teses ao Congresso do SINTRAJUSC termina no dia 4 de outubro, sexta-feira. As teses, com, no máximo, cinco (5) páginas em folha A4, com fonte Arial 14, deverão ser encaminhadas ao sindicato até às 18 horas para o e-mail congresso2013@sintrajusc.org.br

O Congresso irá discutir as novas tecnologias no Judiciário e os reflexos na saúde e no trabalho, e aí entram questões com o processo judicial eletrônico, que iniciou na Justiça do Trabalho e será implantado em todo o Judiciário.

Assembleia irá discutir ponto eletrônico no TRE

A Assembleia de hoje irá debater a Portaria PN.295/2013 do TRESC, que dispõe sobre o controle da jornada de trabalho dos servidores por meio de sistema eletrônico integrado com identificação biométrica e trouxe regulamentação que extrapola Resolução do TSE sobre o assunto.

As regras são bastante rígidas no que se refere a horas devidoras pelo servidor, penalizando, inclusive, a participação em Assembleias, em um cenário no qual os servidores precisam de mobilização cada vez maior para ter reajuste e manter direitos.